

**ATA DA 06ª SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA - ANO 2020**

No dia 19 de junho de 2020, às 10:00 h, na sala de reuniões, reuniu-se, por vídeo conferência, o egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos excelentíssimos senhores conselheiros: Gério Patrocínio Soares, Defensor Público-Geral, Marina Lage Pessoa da Costa, Subdefensora Pública-Geral, Galeno Gomes Siqueira, Corregedor-Geral, Andréa Abritta Garzon Tonet, Heitor Teixeira Lanzillotta Baldez, Liliana Soares Martins Fonseca, Guilherme Rocha de Freitas, Secretário, Luiz Roberto Costa Russo, Gustavo Francisco Dayrell de Magalhães e o Presidente da ADEP Fernando Campelo Martelleto.-----

Havendo quórum regimental, a Dra. Marina cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão.-----

Realizada a leitura e aprovação de atas das sessões anteriores, a Dra. Marina indagou o secretário se havia algum inscrito para o momento aberto.-----

O conselheiro secretário Guilherme Rocha cumprimentou a todos os presentes e disse que havia colegas inscritos para manifestação referente ao Procedimento nº 018/2019, que trata da proposta de alteração da Deliberação nº 011/2009, sendo eles: Eduardo Furst Rodrigues, Gustavo Corgosinho, Gilvan Machado, Samantha Vilarinho, Gilmara Santos, Ana Sofia e Glauco David. O secretário agradeceu a todos os inscritos por participarem e permitir que as discussões se tornem mais democráticas, em seguida informou que cada inscrito teria dez minutos cronometrados para realizar a sua manifestação, iniciando pelo Dr. Eduardo Furst.-----

O Dr. Eduardo Furst cumprimentou a todos os presentes e aos que assistiam virtualmente, parabenizou a Dra. Marina pelas múltiplas funções exercidas durante o período das eleições para Defensor Público-Geral e desejou sucesso na nova gestão do Gabinete. Cumprimentou também o Corregedor-Geral Galeno Gomes e lhe desejou sucesso na Corregedoria. Na sequência, disse ter acompanhado com atenção os debates sobre a alteração da Deliberação nº 011/2009 desde o ano anterior e parabenizou os membros do Conselho pela rápida retomada do tema, que é de suma importância para evolução da Instituição. Disse que a mudança paradigmática, com a criação de prioridades na ação institucional é excepcional e que o artigo quarto da proposta, que cria um diálogo aberto entre as comarcas e a Administração Superior é de suma importância para organizar e padronizar a atuação. Salientou que hoje não há nenhum critério que delimite e defina em que e com o que irão atuar, criando uma verdadeira disparidade entre as matérias de atuação entre as comarcas, sendo assim imprescindível que sejam definidas prioridades institucionais de atuação. Sobre o artigo terceiro da proposta, sendo ele uma regra geral e abstrata, disse entender que a independência funcional não está presente na esfera administrativa. Já a

inamovibilidade, após a emenda constitucional nº 80/2014, entende que a corrente que sustentava que essa garantia seria absoluta, caiu por terra. Trata-se de garantia relativa com o objetivo de proteger o cargo e a população, de influência ilícita, política, externa ou interna em relação ao membro da Instituição. Sendo assim, a partir de uma reformulação institucional que se aplica de forma irrestrita a todos, não havendo imposição de mudança territorial, a inamovibilidade está preservada em nome do interesse Institucional. Por fim, com a proposta da nova Deliberação nº 011, o Dr. Eduardo Furst disse que gostaria de fazer uma observação de que o artigo segundo determina que as propostas deverão contemplar a distribuição proporcional do serviço entre todos os órgãos de execução, e nesse ponto fez um pedido tanto para o Gabinete quanto para a Corregedoria, que caso isso não seja feito no novo SIGED, que consigam implementar a forma de lançamento dos dados e de alimentação das atividades, pois ao ler o planejamento estratégico viu que o modelo atual é autoalimentado, sendo possível colocar as informações mas não tendo como comprovar, e isso acaba atrapalhando a distribuição proporcional. Em relação a proposta colocada acerca da implementação da Defensoria Pública Regional, disse que lendo a proposta, verificou que dispõe que a reforma basicamente tem o objetivo de possibilitar a continuidade do serviço público basicamente nos casos de substituição, de férias, licença e afastamentos, tudo isso voltado para o planejamento estratégico, mas também com a observância da inamovibilidade. Disse que gostaria de ressaltar que se o objetivo da proposta é continuidade do serviço público entende que as novas atribuições deverão ser destinadas somente para comarcas providas, mas que isso não está expresso no texto, e esse ponto merece atenção do Conselho. Destacou que essas novas atribuições poderão ou deverão ser utilizadas para suprir ausência definitiva de um membro ocasionada por remoção, exoneração, aposentadoria ou óbito. O Dr. Eduardo Furst fez uma observação de que a proposta em tela tem objetivo de extinguir Defensorias totalmente desprovidas, criando um total de 258 Defensorias regionais. Nesse ponto o Dr. Eduardo Furst sugeriu a diminuição desse número, por achar excessivo, e o aumento em abstrato das vagas das comarcas, considerando a defasagem do número de Defensores distribuídos em abstrato há mais de 10 anos pela Deliberação nº 011/2009. Na sequência, pediu para fazer uma breve observação sobre um julgamento realizado em 2012 pelo STF que tratou da inamovibilidade dos juízes substitutos, e acha que alguns critérios podem ser aplicados na realidade da DPMG, tais como as vagas da Defensoria Regional. Entende que pelo tamanho das regionais seria importante uma delimitação no caso de necessidade da presença física dos Defensores em outras comarcas, que fosse estipulado um raio em quilômetros para evitar o deslocamento excessivo desproporcional. Ademais, sugeriu que as designações temporárias devem ter caráter extraordinário e que o órgão de atuação não pode ficar permanentemente vago. Ao final, agradeceu a possibilidade de manifestar e parabenizou mais uma vez a todos os conselheiros, dizendo esperar que o Conselho possa terminar a deliberação o mais rápido possível, pois ela é fundamental para a continuidade da evolução da Instituição.-----

A Dra. Marina Lage agradeceu a manifestação do Dr. Eduardo Furst e passou a palavra ao Secretário Guilherme Rocha para chamar o próximo inscrito a se manifestar.-----

O Secretário Guilherme Rocha agradeceu a manifestação do Dr. Eduardo Furst pela excelente explanação e em seguida passou a palavra ao Dr. Gustavo Corgosinho.-----

O Dr. Gustavo Corgosinho cumprimentou a todos os membros do Conselho Superior

presentes, no nome da Defensora Pública-Geral em exercício, Dra. Marina Lage, agradeceu a oportunidade de se manifestar e parabenizou a atual administração pela recondução a um novo mandato e por conseguir unificar a classe em prol de um objetivo comum. Desejou muito sucesso. Parabenizou também o Dr. Galeno Gomes pela eleição ao cargo de Corregedor-Geral.-----

Na sequência, o Dr. Gustavo Corgosinho disse entender quais são as propostas e quais são os limites propostos nas regionais, mas que gostaria de trazer uma reflexão para o Conselho dizendo que o Dr. Glauco David e a conselheira Andréa Tonet, juntamente com ele, integraram o Conselho na época da Deliberação 011/2009, e que foi uma construção feita a muitas mãos com intensa participação dos coordenadores regionais das grandes comarcas, todos compatibilizando seus pleitos, e ali foi construído os anexos da Deliberação. Disse que nem em sonho cogitaria que o anexo 1 da Deliberação 011/2009, apesar de alterações feitas nas comarcas onde possuem Defensores, fosse em grande parte perdurar até 2020. Disse que na época, enquanto conselheiro, pensou que o anexo poderia ser um documento mais dinâmico, que poderia ser alterado de forma mais profunda para uma realidade mais atual. Disse que, em sua visão, na autonomia da Defensoria Pública observa que nas regionais que estão sendo propostas na região das águas, há várias comarcas que não estão providas. Solicitou que o Conselho refletisse se seria possível fundamentar que eles fossem remanejados para comarcas que precisam ser fortalecidas e fundamentar perante o executivo estadual no sentido de solicitar um aumento do quantitativo de cargos em abstrato, de 1.200 para 1.500 cargos, dizendo que foi necessário reforçar as comarcas que estão em funcionamento, remanejando áreas que não estavam providas. Disse não ver muito sentido em precisar esperar preencher os 1.200 cargos pra depois ir reforçando as comarcas que estão em funcionamento. Disse que precisam de um reforço na área de execução penal e de fortalecimento da comarca, e que para isso precisam de mais cargos em abstrato. Disse que em Alfenas não há ninguém atuando em área cível. Em seguida fez uma provocação ao Conselho no sentido de que chegará a hora em que o nexo da Deliberação 011/2009, que é uma planilha eletrônica, terá que passar por uma mudança para que ela passe a oferecer ao cidadão uma Defensoria Pública mais robusta, pelo menos onde ela já funciona. Disse que gostaria que alguns desses cargos pudessem ser remanejados, ainda que em medida transitória, no sentido de reforçar as comarcas onde há atuação de Defensores Públicos, como em Nova Lima, Juiz de Fora, Varginha, Barbacena, Itajubá, Montes Claros, Governador Valadares e demais comarcas que estão precisando mais de reforço. Por fim, agradeceu a oportunidade de falar, parabenizou o Conselho por esse momento aberto e disse esperar ter criado uma reflexão e uma motivação de que precisam sentar e rever toda a Deliberação 011/2009, que completou mais de 10 anos e não retrata mais a realidade atual, no sentido de oferecer a melhor prestação de serviços aos assistidos.---- A Dra. Marina Lage agradeceu ao Dr. Gustavo Corgosinho por ter trazido essas reflexões que são de grande valia para o Conselho Superior, e destacou o quanto é bom ver que ainda que com mais de uma década depois há colegas que continuam trazendo suas contribuições para que a Instituição possa continuar se aprimorando e evoluindo com o passar do tempo. Na sequência, passou a palavra ao Secretário Guilherme Rocha para chamar o próximo inscrito a se manifestar.-----

O Secretário Guilherme Rocha agradeceu ao Dr. Gustavo Corgosinho pelas contribuições e disse que tomou nota das sugestões, que com certeza irão contribuir para os debates. Em seguida passou a palavra ao Dr. Gilvan Machado.-----

O Dr. Gilvan desejou um bom dia a todos e cumprimentou, primeiramente, a Dra. Marina Lage pelo acúmulo de atribuições. Em seguida, ao Dr. Gério, parabenizando pela recondução e pelo brilhante mandato exercido, que resultou numa unidade da classe, como já falado pelos outros colegas. Parabenizou também o Dr. Galeno Gomes, seu colega de concurso, dizendo que foi muito reconhecida a sua indicação à Corregedoria-Geral. Na sequência disse achar de fundamental importância a substituição do Conselho itinerante pelo modelo de sessão atual utilizado, adaptado à nova realidade da pandemia, pois certamente a sua manifestação não aconteceria caso precisasse se deslocar até a sede. Disse que esse novo modelo veio para democratizar as manifestações, sendo de fundamental importância funcionar de maneira regular. Na sequência, disse que lembra bem das discussões da Deliberação 011/2009, e que ela foi uma reivindicação antiga da classe, sendo muito mais um trabalho com interesse da classe por conta da insegurança. Disse que a Defensoria da capital era muito mais fragmentada e distribuída do que as do interior, então acha que a Deliberação 011/2009 é um instituto dos Defensores e qualquer alteração que nela for feita precisa levar em consideração a conquista dos Defensores Públicos nesse viés. Disse ter algumas preocupações que quer trazer ao Conselho e que uma delas é a inamovibilidade, discordando do colega Eduardo Furst, pois disse achar que não se restringe apenas à base territorial. Disse que no artigo terceiro, no rol de atribuições, sobre o distanciamento da estrutura funcional do poder judiciário, há de se ter muito cuidado, pois todas as resoluções da pandemia só saem depois que o Tribunal de Justiça edita as suas medidas, sendo assim as atribuições da Defensoria junto ao poder judiciário não podem ser desvinculadas dessa forma como está enxergando na proposta. Em seguida disse que outra preocupação é que o modelo do artigo terceiro chega a ser inconstitucional no ponto da assistência integral, que não vê no rol as sucessões. O conselheiro Heitor Baldez interrompeu dizendo que as sucessões se encontram no nível residual. O Dr. Gilvan disse que não está expresso e que, em via de regra, famílias e sucessões andam juntas. Voltando pra como a Deliberação 011/2009 foi concebida e a discussão entre os Defensores para se chegar naquilo que a comarca passaria a fazer, disse achar muito perigoso, já linkado com a questão da inamovibilidade, pois a realidade que havia antes da Deliberação 011/2009 trazia muita dificuldade e desgaste para poder equacionar com os colegas o que se fazer e para distribuir as atribuições. Vê com muita preocupação as alterações que possam ser feitas e possam afetar as conquistas trazidas pela deliberação 011/2009. Indagou como vai ficar a questão do acervo da Defensoria Pública de Governador Valadares, pois ela não possui dados estatísticos. Disse que toda tentativa de alteração que faziam em Governador Valadares e que apresentava ao Gabinete, eles solicitavam dados estatísticos e os possuem, mas que são muitos. Disse que a discussão sobre a Deliberação nº 011/2009 na época não havia a facilidade que se tem hoje e que ela precisa ser ampliada e discutida com muita calma e serenidade. Por fim, agradeceu a oportunidade e deixou a reflexão para o Conselho para que possam levar a Defensoria aonde ela sempre deveria estar.-----

A Dra. Marina agradeceu a manifestação do Dr. Gilvan Machado, e disse ser haver muita alegria em receber a participação dos colegas e que o registro de que a ferramenta atual aproxima e democratiza a participação de todos os colegas foi um dos efeitos pós pandemia, que certamente veio para somar na atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais. Na sequência, passou a palavra ao Secretário Guilherme Rocha para chamar o próximo inscrito a se manifestar.----

O Secretário Guilherme Rocha agradeceu ao Dr. Gilvan Machado pela manifestação e participação, em seguida passou a palavra à próxima inscrita, Dra. Samantha

Vilarinho.-----

A Dra. Samantha desejou um bom dia a todos os presentes, cumprimentou a Dra. Marina por presidir a sessão do Conselho e o Dr. Guilherme pela atuação como secretário. A Dra. Samantha desejou um bom dia a todos os presentes, cumprimentou a Dra. Marina por presidir a sessão do Conselho e o Dr. Guilherme pela atuação como secretário. Na sequência, parabenizou o que já foi feito até agora na Deliberação 011/2009, as mudanças esboçadas e sempre com a preocupação de que existem comarcas que estão sobrecarregadas e que precisam ser olhadas. Disse que gostaria de trazer duas questões relacionadas à defesa da mulher. Disse que aqui em Minas Gerais, temos alguns NUBEM, Defensorias especializadas na defesa das mulheres em situação de violência, que atua basicamente em demandas individuais nas cidades em que está provido. Disse que é difícil que consiga fazer uma atuação coletiva, sendo que são 4 unidades e 4 Defensoras Públicas e que excepcionalmente atuam extrajudicialmente em algumas comarcas dos interiores que não tem Defensoria especializada. Disse sentir muita falta de um órgão de atuação, como já existe em outros estados, em alguns com o nome de NUBEM, em outros com o nome de Coordenação/Coordenadoria, e sendo assim fizeram um projeto de deliberação para o Conselho Superior, que será apresentado para a Subdefensoria-Geral, mas que gostaria de trazer essa discussão hoje considerando que serão necessárias vagas para essa Coordenadoria. Disse que foi definido o nome como Coordenadoria Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, então estaria abrangida na lei complementar nº 65 de 2003, como coordenadoria regional, sendo um órgão de apoio às unidades da Defensoria Pública em âmbito regional e agruparia as Defensorias pelo órgão de atuação. Essencialmente a CEDEM teria caráter permanente e a missão primordial de prestar suporte e auxílio aos membros da Instituição no desempenho das atividades funcionais. Seria um órgão vinculado à Administração Superior, se reportando diretamente à Defensoria Pública-Geral e teria uma dúbia atribuição, no âmbito do apoio ao Defensor Público, como no interior, onde não possuem atuação especializada na defesa da mulher e possuem muitas dúvidas, com isso a CEDEM forneceria o suporte. Também teria as atribuições estratégicas, como as atuações coletivas. A Dra. Samantha disse que é sabido que o tema defesa da mulher é um tema que atrai muito, hoje em dia, a mídia de forma geral, pois o feminicídio e violência contra a mulher aumentou bastante e esse assunto eleva a Defensoria Pública quando atua fortemente na defesa e promoção do direito das mulheres. É algo que divulga bastante num bom sentido a Instituição. Disse que eles escreveram a deliberação, que define as atribuições estratégicas e de apoio às Defensoras e Defensores do interior, que será apresentada a Subdefensoria-Geral. Disse que foi pensada a definição de uma Coordenadora e duas Subcoordenadoras, sendo que, após o Conselho Superior lançar o edital para preenchimento da vaga de Coordenador(a) da CEDEM eles deverão apresentar a proposta de atuação pelo prazo de 2 anos, que poderá ser prorrogado por igual período. Na sequência, o Conselho Superior faria uma lista tríplice e indicaria o Coordenador(a) da CEDEM. Nisso o(a) Coordenador(a) vai eleger duas subcoordenadoras pra atuar juntamente com ele(a) e, sendo assim, precisam saber de onde virão essas vagas. Disse que elas irão atuar com prejuízo de suas atribuições ordinárias, então a sugestão deles é de que elas sejam retiradas dos NUDEM que já existem com vagas criadas no interior e não estão providos, que são Araguari, Betim e Montes Claros. Nesse caso, é uma vaga que a anos não é oferecida e não existe uma defesa específica da mulher nessas cidades, sendo assim seria feita em âmbito estadual. Em seguida, a Dra. Samantha disse que o segundo assunto que gostaria de tratar era sobre a atribuição. Disse achar muito

importante que exista uma deliberação do Conselho que trate sobre atribuição do Defensor ou Defensora do interior no tocante a defesa da mulher, pois hoje em dia cada um faz do jeito que quiser, não existe uma definição. Com isso, disse que gostariam de propor também que naquelas comarcas que houver dois ou mais Defensores ou Defensoras, a defesa da mulher seja realizada pelo que possuir atribuição na área cível e de família, nos casos das comarcas que não tenham o NUDEM provido. Nas demais comarcas disse que todo caso de defesa da mulher haveria a atuação fixada por deliberação de um Defensor específico. Destacou que isso é importante para padronizar o comportamento de atribuição e garantir que a mulher não fique sem defesa. Por fim, agradeceu a oportunidade de participação e contribuição para as discussões.-----

A Dra. Marina Lage agradeceu a contribuição da Dra. Samantha e se apresentou à disposição para atender as demandas. Em seguida passou a palavra ao Secretário Guilherme Rocha.-----

O Secretário Guilherme Rocha agradeceu a Dra. Samantha pela participação e disse que aguardará a apresentação do texto para analisarem com a devida cautela.-----

Na sequência o secretário Guilherme Rocha passou a palavra para a próxima inscrita, Dra. Gilmara Santos.-----

A Dra. Gilmara Santos desejou um bom dia a todos, cumprimentou a Dra. Marina, parabenizando pela recondução da atual gestão e também pelo desempenho da gestão anterior. A parabenizou também pelo acúmulo das funções durante o afastamento do Dr. Gério. Na sequência cumprimentou o Corregedor-Geral Galeno Gomes, seu antigo colega de Conselho, no período de 2009 a 2013, e por fim cumprimentou todos os demais conselheiros. Em seguida, a Dra. Gilmara disse que é um prazer enorme estar aqui juntamente com os demais colegas e parabenizou a atual gestão por permitirem que o interior participe das sessões do Conselho através da nova ferramenta, que é de fundamental importância para a participação de todos. Destacou que sem dúvida nenhuma esta ferramenta é um grande avanço institucional, assim como as eleições que passaram a ser realizadas de maneira eletrônica. Disse que muitas coisas que seriam ditas por ela já foram ditas pelos colegas que se apresentaram anteriormente, agradeceu a cada um pela manifestação, que foram bastante pertinentes, e aproveitou para destacar que o aumento de cargos em abstrato deve realmente ser pensado. Disse que fez uma manifestação chamando atenção para o artigo terceiro, aproveitou a oportunidade para dizer que os apontamentos que fez foi para pensarem juntos para construção de algo maior que atenda a todos. Disse que ficou preocupada com a área criminal e cível residual no final das prioridades, que interpretou que pudesse ensejar uma possível extinção da área. Com relação a inamovibilidade não teve dúvida em nenhum momento. Disse que o conselheiro Heitor Baldez entrou em contato e que passaria essa dúvida para os demais conselheiros. Agradeceu a ele por ter tido esse cuidado e já adiantar o que ela traria nessa manifestação. Em seguida, a Dra. Gilmara disse que o segundo ponto que gostaria de trazer foi em relação a colocação da área criminal, que coloca o Tribunal do Júri, depois o de execução e depois o criminal. Disse que como ela achou que talvez pudesse ser extinto, ficou preocupada. Disse que a preocupação é de chegar em um ponto de terem provido a execução penal mas não a criminal, a deixando de forma deficitária. Em seguida o Dr. Guilherme Rocha pediu licença à Dra. Gilmara para dizer que o prazo para manifestação já havia se esgotado e que daria mais um minuto para fazer as suas considerações finais. A Dra. Gilmara pediu desculpas por se exceder e finalizou dizendo que com relação aos núcleos ela disse que precisa

realmente evoluir dentro do que o colega Gilvan tinha colocado, para que se possa dar uma resposta melhor aos assistidos. Por fim, agradeceu a oportunidade de se manifestar, pediu desculpas por ter excedido o tempo na sua fala e desejou muita luz e sucesso a todos para continuarem a deliberação.-----

A Dra. Marina agradeceu a participação da Dra. Gilmara e disse que sua contribuição virá para somar nas discussões e ao debate e reforçou que é com muita alegria que vê que colegas que já participaram do Conselho continuem contribuindo para que a Instituição evolua cada vez mais. Na sequência passou a palavra ao Secretário Guilherme Rocha.-----

O secretário Guilherme Rocha agradeceu a Dra. Gilmara pela manifestação, que com certeza irá contribuir para a construção dos debates, e pediu desculpas por estar na posição de controle do tempo. Reforçou que todos que encaminharam sua manifestação por escrito será integralmente lida pelo Conselho.-----

Seguindo a ordem de inscrição, o secretário Guilherme Rocha disse que a próxima a se manifestar seria a Dra. Ana Sofia, porém como ela se encontra em uma situação especial de saúde, houve uma deliberação prévia entre os Conselheiros de que, como ela se inscreveu antes, será feita a leitura da sua manifestação escrita pelo secretário Guilherme Rocha.-----

Na manifestação escrita, lida pelo secretário Guilherme Rocha, a Dra. Ana Sofia cumprimentou a todos os membros do Conselho e o Presidente da ADEP e pleiteou a retirada de pauta e suspensão dos debates referentes ao Procedimento 018/2019 por considerar que é uma medida que não atende o princípio da razoabilidade, considerando a vigência de medidas de restrição por conta da pandemia do novo coronavírus, que estabelece novas normas e diretrizes para atendimento aos assistidos e por retirar a possibilidade de um debate democrático, visto que o atual momento prioriza o trabalho home office e por considerar ser fundamental a discussão presencial entre os membros da Defensoria Pública.-----

A Dra. Marina agradeceu ao secretário pela leitura da manifestação da Dra. Ana Sofia, garantindo a sua contribuição para os debates e em seguida o devolveu a palavra para chamar o próximo inscrito para se manifestar.-----

O secretário agradeceu a Dra. Marina e fez uma ponderação dizendo que a grandeza do debate e as manifestações precedentes a da Dra. Ana Sofia só demonstram que esse novo modal de transmissão de sessões do Conselho não está ferindo nenhum princípio constitucional, pelo contrário, como foi destacado pelos inscritos anteriores, ele permitiu a democratização da participação de todos os interessados e em nenhum momento restringiu. O Dr. Guilherme disse que tem muito apreço pela Dra. Ana Sofia, e por isso fez questão de ler a sua manifestação escrita, mas que discorda das suas provocações, apesar de aceitar as ponderações trazidas. Na sequência, o secretário Guilherme Rocha passou a palavra ao próximo inscrito, Dr. Glauco David.-----

O Dr. Glauco David desejou uma boa tarde a todos e disse ser um prazer falar com todos os colegas. Iniciou parabenizando a Dra. Marina pelo sucesso na administração da Instituição e pelo acúmulo das funções, ao Dr. Galeno por ser eleito como Corregedor-Geral e aos demais colegas, destacando o Dr. Gilvan e o Dr. Gustavo Corgosinho. Em seguida iniciou dizendo que não está preocupado nesse momento em discorrer sobre o aspecto da minuta que está colocada a discussão, disse que integrou o primeiro Conselho Superior da Defensoria Pública instaurado em 2003, onde a

realidade era outra, tanto no sentido normativo quanto estrutural. Disse que na Deliberação nº 011/209, conforme foi dito pelo colega Dr. Gilvan, já veio da base e tinha que assegurar que os Defensores Públicos lotados no interior tivessem a sua inamovibilidade no órgão de atuação. Disse que o mecanismo de expansão da Defensoria Pública deve ser repensado pois hoje a Instituição, com todos os méritos, é tida e havida como dispensável. Disse que vê a ideia de criar órgãos de lotação mais amplos como válida e que deve ser explorada, entretanto deve se atentar de que forma e em que momento isso deve ser feito. Disse que as propostas que estão sendo consideradas nos dois momentos colocados a discussão, não mostram como isso vai ser enfrentado, e ao seu ver, a proposta de reforma da Deliberação nº 011/2009 parte do escopo diferente da própria deliberação. Disse que a Deliberação nº 011/2009, além de fazer a distribuição dos cargos dos órgãos de execução, estabelece também regras gerais de lotação e de funcionamento, e disse que não sabe se isso vai remanescer, embora acha que tenha que haver um novo instrumento que trate disso por inteiro. Vê também que para as Defensorias regionais têm que haver uma adequação à Lei nº 65 e vê mais como uma conformação de prestar em caráter permanente algum tipo de assistência às comarcas vagas. Destacou que com relação àquilo que acha que deve ser visto do ponto de vista formal, disse que se manifestou por escrito e espera que o Conselho faça a devida apreciação. Por fim concluiu concordando com a Dra. Ana Sofia para que essa discussão sobre a Deliberação nº 011/2009 tenha um caminho deliberativo e uma discussão final presencial. Por fim, agradeceu a todos e desejou sucesso.-----

A Dra. Marina agradeceu ao Dr. Glauco pela manifestação e assim como disse anteriormente aos antigos conselheiros que se manifestaram, é com muita alegria que recebe a participação de antigos membros do Conselho que continuam contribuindo para a evolução da Instituição, dizendo que elas têm um grande peso histórico e de extrema importância.-----

A Dra. Marina indagou o secretário Guilherme Rocha se havia mais algum inscrito para se manifestar.-----

O secretário Guilherme Rocha disse que todos os inscritos se manifestaram e que poderiam avançar para o próximo item da pauta.-----

O Dr. Fernando Martelletto pediu a palavra para dizer que tinha interesse em se manifestar para o item 4 da pauta quando assim o for oportuno.-----

Na sequência, a Dra. Marina disse que gostaria de trazer duas indagações aos Conselheiros. Uma delas é se a pausa para o almoço deveria ser feita naquele momento e a outra se fazem a apresentação item a item do monitoramento das ações do PGA anterior ou se disponibilizam no portal, considerando a reunião prévia realizada a pedido do relator Dr. Luiz Roberto, para fins de otimização do trabalho.-----

Os demais conselheiros votaram pela pausa para o almoço, sendo assim a Dra. Marina interrompeu a sessão determinando o retorno às 14:00.-----

Retornando do almoço, o Dr. Gério retomou a sessão do Conselho, partindo para o item 3 da pauta, procedimento nº 018/2020, que trata do Plano Geral de Atuação 2020/2021, tendo como requerente a Defensoria Pública-Geral e como relator o conselheiro Luiz Roberto Costa Russo.-----

Foi acordado entre os conselheiros de começar pela votação do Procedimento nº

018/2020, sendo assim, o Dr. Gério passou a palavra ao conselheiro relator, Luiz Roberto Costa Russo.-----

O conselheiro relator realizou a leitura do voto dizendo que a proposta aportou no Conselho Superior tempestivamente e atendeu ao disposto no artigo dez, da Lei Complementar nº 65/2003, que prevê a apresentação do PGA até o dia 30 de abril. Sendo assim e considerando a inexistência de sugestões pelos conselheiros e estando o PGA 2020/2021 em conformidade com as disposições contidas no planejamento estratégico, o encaminhamento do relator foi no sentido de aprovação do PGA 2020/2021 na forma como encaminhado pela Defensoria Pública-Geral, através do memorando nº 242/2020 DPMG. Por fim, aproveitou a oportunidade para mais uma vez parabenizar os integrantes da comissão de elaboração do PGA e a Defensoria Pública-Geral pela excelência dos trabalhos apresentados.-----

Na sequência, o Dr. Gério solicitou aos demais conselheiros que votassem.-----

Todos os conselheiros votaram de acordo com o relator.-----

O Dr. Gério declarou o Procedimento nº 018/2020 aprovado por unanimidade.-----

Na sequência, o Dr. Gério disse que havia um relatório do PGA que foi executado, que é uma prestação de contas do monitoramento do relatório anterior, disse que seria uma apresentação relativamente longa e indagou se os conselheiros gostariam que as colegas o apresentassem ou se preferiam que ele fosse disponibilizado no CASA. Indagou também se gostariam de passar para o próximo item da pauta, que é sobre o procedimento nº 018/2019, que trata da Deliberação nº 011/2009.-----

Os conselheiros acordaram com a publicação do relatório na intranet e o Dr. Gério dispensou a apresentação no momento.-----

Em seguida, o Dr. Gério seguiu para o item 4 da pauta, referente ao Procedimento nº 018/2019, que trata da proposta de alteração da Deliberação nº 011/2009, dizendo que foram colocadas várias sugestões e manifestações dos colegas, que viu muita coisa interessante e gostaria de propor aos colegas que trabalhassem em cima do que foi proposto. Sugeriu que fosse feita uma leitura de todo o material apresentado pelos colegas Defensores e que após isso marcassem uma reunião para traçar os trabalhos. Disse que eles devem continuar na Deliberação nº 011/2009 até esgotar, analisando tudo o que foi apresentado. Indagou os demais conselheiros se estariam de acordo com a sugestão.-----

Antes dos conselheiros se manifestarem, o Dr. Fernando Martelletto pediu a palavra dizendo que sua manifestação será a respeito da dinâmica que está se pretendendo discutir e que seria importante que a mesma fosse feita antes da manifestação dos demais conselheiros.-

O Dr. Gério deu a palavra ao Dr. Fernando Martelletto conforme solicitado.-----

O Dr. Fernando Martelletto agradeceu e cumprimentou a todos e disse que ouviu atentamente as manifestações apresentadas pelos inscritos no momento aberto. Na qualidade de Presidente da entidade de classe, disse que se sente mais confortável e seguro para reiterar a sua manifestação proferida na sessão anterior, realizada dia 16/06, no sentido de suscitar a conveniência e oportunidade da discussão virtual do procedimento nº 018/2019, que trata da revisão da 011/2009, com profundas alterações e distribuição de atribuições entre os membros da carreira, com pedido de retirada de pauta e conseqüente suspensão dos debates, daí o pedido de se

manifestar anteriormente aos conselheiros, até a retomada da rotina das sessões presenciais do conselho, sem prejuízo do meio eletrônico dos interessados em acompanhar os debates, sobretudo os colegas do interior. Disse que o faz por considerar que a urgência que se quer imprimir à análise da questão, que já vem sendo debatida desde o mandato anterior, não poderia se sobrepor aos interesses e efeitos maiores que advirão da deliberação sobre as alterações propostas em face da Deliberação 011/2009, um impacto direto na atuação dos membros da carreira nos seus órgãos de execução. Destacou que a pandemia e o confinamento decorrente das medidas impostas pelas autoridades de saúde trouxeram significativas mudanças no modus vivendi e tem exigido adaptação de rotinas e limitado a execução das atividades e exercício sadio dos debates e da vida cotidiana. Disse que a preocupação e o motivo de sua manifestação não diz respeito ao objeto em si e a matéria da proposta de deliberação, reconhecendo a soberania e competência do Conselho para deliberar sobre o tema, mas sim quanto a conveniência e oportunidade de discussões desse tema tão relevante para a Instituição. Por fim, conclui dizendo que com essas considerações pugna pela retirada do procedimento da pauta e pelo seu retorno imediato, tão logo que sejam retomadas as sessões presenciais do conselho, afim de, para além da legalidade, conferir legitimidade substancial ao devido processo deliberativo da matéria em pauta. Na sequência agradeceu a atenção dos conselheiros e disse se submeter ao que o Conselho superior soberanamente irá deliberar.-----

O Dr. Gério disse que a reunião proposta por ele é justamente pra contextualizar tudo o que foi dito pelo Dr. Fernando Martelleto juntamente com as propostas apresentadas no momento aberto pelos demais inscrites e disse que a indagação aos conselheiros permanece.-----

A Dra. Marina apresentou-se de acordo com o encaminhamento proposto pelo Dr. Gério.-----

O Corregedor-Geral Galeno Gomes, antes de se manifestar, desejou uma boa tarde a todos e disse que inicialmente gostaria de agradecer a participação de todos os colegas no momento aberto. Disse que foram ponderações muito pertinentes e que serão analisadas com muito carinho pelo Conselho. Em seguida se apresentou de acordo com a sugestão do Dr. Gério e disse que os encaminhamentos feitos pelo Presidente da Associação podem ser enfrentados na próxima sessão extraordinária, já marcada para o dia 26/06. Disse que nessa possibilidade poderão deliberar se suspendem ou não a discussão sobre a deliberação 011/2009, e até mesmo para que tenham um tempo razoável para avaliar as manifestações por escrito.-----

O conselheiro Gustavo Dayrell, antes de se manifestar, desejou uma boa tarde a todos e agradeceu aos inscrites no momento aberto que apresentaram suas manifestações, dizendo que foram excepcionais. Disse que analisando a proposta do Dr. Martelleto e a proposta apresentada pelo Dr. Gério, a do Dr. Gério seria a proposta intermediária, podendo se utilizar da próxima reunião para debater tais temas, sendo assim apresentou-se de acordo com a proposta do Defensor Público-Geral.-----

O conselheiro Heitor Baldez cumprimentou a todos os inscrites no momento aberto, em especial a Dra. Gilmara, Dra. Samantha, Dr. Gilvan, Dr. Gustavo, Dr. Glauco, Dr. Eduardo e a Dra. Ana Sofia. Disse que o tema colocado pelo colega Dr. Fernando Martelleto é a essência da manifestação da Dra. Ana Sofia. Destacou que nunca houve manifestações com tanta substância como tiveram hoje, sendo a mais expressiva desse Procedimento, que já perdura a mais de 1 ano. Com isso, pela importância de se apresentar a substância dessas manifestações e o que foi colocado no e-mail,

concordou com a sugestão apresentada pelo Dr. Gério.-----

-

A conselheira Liliana Soares cumprimentou e agradeceu a todos os que se manifestaram no momento aberto. Quanto a proposta do Dr. Gério, disse que já foi falado na última reunião que se trata de uma pauta extremamente importante, a qual a classe tem uma demanda muito forte e que precisam se adequar a realidade. Disse que a Deliberação nº 011/2009 é uma normativa já suplantada pela nossa realidade e precisa ser alterada para que possam caminhar para um Instituição mais forte e atualizada em suas formas de atuação. Acredita que hoje é possível fazer uma participação efetiva de todos os colegas, oportunizando o interior e achou uma excelente ideia da Dra. Gilmara de que se permaneça aberta essa porta de manifestação, pois nem sempre o interior pode estar na capital para tratar de assuntos tão importantes e sérios como esse. Disse que ficou extremamente feliz pela participação dos colegas, sendo ela oral ou escrita, o que demonstrou que a classe está pronta e madura para seguir adiante com essa deliberação. Acredita que o amadurecimento veio com muito tempo de discussão e que o assunto afeta todos os Defensores e assistidos, e que pelo tempo que já debruçaram sobre ela e pela participação efetiva dos colegas, já estão aptos a analisar as alterações que forem precisas. Concluiu dizendo que diante de tantas manifestações que vieram hoje acha que a reunião para os trabalhos é fundamental para que possam dialogar de forma mais aberta sobre tudo o que foi dito, se apresentando de acordo com a proposta do Defensor Público-Geral.-----

A conselheira Andréa Abritta desejou uma boa tarde a todos e disse que achou incrível a participação dos inscritos no momento aberto e que ficou muito feliz em ouvir e rever antigos companheiros de caminhada, como o Dr. Gustavo, Dr. Gilvan, Dra. Gilmara, Dra. Samantha e Dr. Glauco. Disse que ficou muito impressionada com as colocações da Dra. Ana Sofia, expressa através do secretário Guilherme Rocha. Disse que todos sabem que ela possui dificuldades com o universo virtual e que vem tentando superar essa barreira geracional e que o Dr. Gilvan a impressionou muito ao sugerir que, mesmo voltando as reuniões presenciais, que fique mantido esse modelo de participação por meio virtual dos colegas, especialmente os do interior. Destacou que se aproveitar da tecnologia para ampliar a acessibilidade e participação às reuniões do conselho através desse modelo é sensacional. Achou ótimo quando o Dr. Gilvan lembrou do Conselho Itinerante e disse que naquela época pensar que hoje existiria uma reunião do Conselho no formato virtual era inimaginável. Disse que fez essas colocações pois reputa que precisa sim manter as discussões sobre a Deliberação nº 011/2009, pois quanto mais se falar sobre ela será melhor, reputa também que até com o sucesso da reunião de hoje, conforme já relatado pelo conselheiro Heitor Baldez a participação substancial dos colegas, devem continuar discutindo e abrindo a participação para os colegas enquanto estiverem discutindo virtualmente. Destacou, entretanto, que a fala da Dra. Ana Sofia a impressionou muito e tem pra ela que, talvez entrelaçando as duas pontas da discussão, que continue ouvindo os colegas mas que só concluam o fechamento da Deliberação nº 011/2009 quando puderem reunir presencialmente. Disse que ficou bastante convencida nesse sentido e que mudou de ideia, pois a Deliberação nº 011/2009 é a "coluna vertebral" do funcionamento da Defensoria Pública. Disse que concorda com o que o Presidente disse que a reforma da Deliberação não pode se sobrepor a efetividade do seu funcionamento e que tem que pensar e ter a segurança de finalizar esse trabalho entregando pra DPMG algo exequível e o mais próximo possível de melhorar as condições de trabalho e prestação de serviço, e que quanto mais ouvirem

os colegas mais isso se tornará possível. Citou o cineasta Bergman, dizendo que "toda obra tem que ter o tamanho que a obra deve ter" e concluiu que não adianta se afobar agora, pois o Conselho deve gastar o tempo que deve gastar para refletir e debater sobre a Deliberação nº 011/2009. Disse que é a favor de continuarem discutindo, mas que o desfecho deve ser presencial.-----

A conselheira Liliana Soares pediu a palavra para esclarecer com o Dr. Gério se já existe uma previsão de retorno das atividades da Defensoria e especificamente do Conselho.-----

O Dr. Gério disse que ainda não há nenhuma perspectiva de volta, considerando que no noticiário a previsão é de que a situação piore para um possível lockdown.-----

O conselheiro Guilherme Rocha, antes de se posicionar sobre a sugestão do Dr. Gério, disse se sentir na obrigação de fazer uma manifestação um pouco mais detalhada, pois na condição de secretário do Conselho é ele quem organiza as pautas. Nessa perspectiva, disse que precisava fazer uma pontuação de ordem terminológica que elucide um pouco a motivação pra pautar essa matéria. Disse que muitos colegas usaram o termo "urgência" sendo que na verdade ela vem sendo pautada, não por um critério de urgência, mas por um critério de prioridade, que foi definido pelo mesmo grupo que ali está reunido quando da primeira pauta deste novo Conselho. Resgatou que houve diversas preocupações de tratar dessa matéria com a devida cautela que ela merece, tanto que ocorreu até um fato inédito de fazerem uma sessão em conjunto com a anterior composição do Conselho para tentar abreviar o andamento e evolução dos trabalhos e robustecer o entendimento acerca da matéria, saindo da frieza do papel e passando para a aproximação do que já havia sido discutido longamente pela composição anterior do Conselho, e que, ressaltando, só não foi aprovada por uma pequena divergência que surgiu na última sessão, ou seja, a matéria estava tão amadurecida e tão discutida junto à classe, que chegou a quase ser aprovada. Disse que acha que devem fazer esse resgate pois dizer que haveria inconstitucionalidade por falta de publicidade e por não respeito à regra procedimental e diversas outras constitucionalidades, com a devida vênia, parece quase uma leviandade. Lembrou que foi aberta uma consulta ampla e restrita à classe para o Procedimento nº 018/2019 onde todos os colegas tiveram oportunidade de participar quando não havia pandemia e nenhuma possibilidade de qualquer fechamento. Destacou que nessa mesma composição do Conselho, esse procedimento foi pautado em outras três oportunidades, quando não havia pandemia, lockdown ou qualquer situação de isolamento, e que nessas três oportunidades tiveram menos participações do que tiveram hoje. Disse que, considerando o que foi muito bem pontuado pela Dra. Liliana, volta a reiterar, ninguém sabe quando voltarão a se reunir presencialmente, e em que pese isso, as coisas continuam acontecendo e a vida continua sendo vivida. Sendo assim, indagou aos colegas o que se pretende do Conselho Superior. Resgatou que houve uma grande preocupação referente a primeira sessão do Conselho para tratar do assunto, onde decidiram por adiar por não estarem preparados para fazer da maneira como estão fazendo atualmente. Disse que não está havendo falta de comprometimento por parte de nenhum conselheiro e que está fazendo essa manifestação pontual para mostrar como o trabalho está sendo desenvolvido e como as coisas estão sendo tratadas. Em relação ao que foi pontuado pela Dra. Ana, disse que, além de todos os princípios que devem ser respeitados, há também outro que é o do devido processo legal, e que já estão no momento procedimental de votação da matéria, a fase instrutória já foi esgotada, então tem que se ter essa cautela. Disse que devem tentar ter uma visão global e procedimental das coisas, pois se não o

Conselho não progride, não evolui e não delibera. Feitas essas considerações, dada todas as manifestações feitas, que são robustas, o conselheiro Guilherme Rocha disse achar prudente a proposta do Dr. Gério, justamente pela matéria não ser urgente, mas sim prioritária.-----

O Dr. Gério elogiou e achou excelente e muito prudente o resgate histórico feito pelo secretário Guilherme Rocha, disse que ele conduz muito bem essa organização e deixou claro que não estão suspendendo nem interrompendo nada, mas sim realinhando a forma de trabalhar para que passem efetivamente a produzir. Na sequência, passou a palavra ao conselheiro Luiz Roberto.-----

O conselheiro Luiz Roberto concordou com a proposta do Dr. Gério de suspender a sessão de hoje para marcarem uma reunião de trabalho. Disse concordar também com o que foi dito pelos conselheiros Heitor, Liliana, Gustavo e principalmente com o Guilherme Rocha, e que o resgate histórico feito pelo secretário deixa bem claro que talvez eles poderiam até ter terminado a deliberação na sessão que começaram. Disse que não se pode esquecer que para a deliberação da nova 011 suspenderam vários procedimentos com pedido de urgência e que o seu celular está sendo bombardeado de pedidos para retomarem os procedimentos específicos. Salientou que, apesar do procedimento ser prioritário, há um viés de urgência na tratativa da Deliberação 011 em decorrência da suspensão dos outros. Destacou que até mesmo para a posse dos novos membros, a alteração da Deliberação 011 seja importante para que a Administração possa saber onde colocar cada um dos membros. Finalizou dizendo que gostaria de agradecer e parabenizar a todos que participaram no momento aberto, mas que por respeito e relevância do tema trazido, acha importante parar, fazer a reunião, conforme sugerido pelo Dr. Gério, para alinhamento dos trabalhos.-----

Na sequência, o Dr. Gério seguiu para as comunicações da Administração Superior, dizendo que hoje o Governador está encaminhando a proposta de reforma da previdência. Disse que mais cedo esteve com o Presidente do Tribunal de Justiça e que discutiram algumas questões, mas que ainda a minuta não havia sido disponibilizada. Informou que estão atentos a esses movimentos e que o assunto é de muita preocupação, pois impacta muito para a Instituição. Disse que é um momento em que a Assembleia está atuando de forma virtual e isso dificulta tudo. Disse que conversou também com alguns deputados, que ficaram apenas na especulação mas que não tinham o texto ainda, inclusive vários deles já pedindo apoio pra se manifestar. Disse ainda que assim que tiver essa minuta e proposta irão encaminhar para os conselheiros e que precisam de muita união para pensar em estratégias para minimizar os danos que virão. Pediu a colaboração de todos para que debruçem sobre isso, para atuar e orientar aos colegas. Por fim agradeceu a todos e disse que se encontra a disposição no Gabinete.-----

O Dr. Fernando Martelletto pediu a palavra para esclarecer se a reunião proposta pelo Dr. Gério aconteceria previamente ou concomitantemente com a sessão extraordinária do dia 26/06. O Dr. Gério disse que será previamente, com data ainda a ser definida juntamente com o secretário. Em seguida o Dr. Martelletto confirmou o que foi dito pelo Dr. Gério, dizendo que o Governador encaminhou a proposta de reforma da previdência, e que pelas informações da associação em conjunto com as associações das carreiras já vinham trabalhando essa questão, já formaram o grupo no âmbito estadual pra enfrentar em conjunto essa questão, que o cenário que foi ventilado, ainda passível de ser confirmado, é de que as contribuições previdenciárias sejam propostas de forma escalonada, entre 7,5 e 22%, dependendo da faixa remuneratória do servidor público. O Dr. Gério interrompeu dizendo que os 7,5% já não está mais

válido. O Dr. Fernando Martelleto rebateu dizendo que foi o que havia sido veiculado no Estado de Minas na parte da manhã, e que ele não possui acesso direto às fontes oficiais do Governo. Disse que gostaria de colocar que a Associação está mobilizada e trabalhando no assunto, que precisarão muito da articulação política e da mobilização da classe inteira, pois o resultado afetará a todos. Nessa hora conclamou mais uma vez para estarem unidos para tratar essa questão que será extremamente difícil, especialmente nesse momento em que a Assembléia Legislativa vai procurar tramitar esse projeto de forma virtual e que vai acabar incidindo na legitimação do debate em temas tão cruciais. Com essa perspectiva, agradeceu e encerrou a sua fala.-----

Na sequência, o Corregedor-Geral Galeno Gomes comunicou que foi enviado no grupo do Whatsapp a tabela com os percentuais atualizados.-----

Em seguida o Dr. Luiz Roberto pediu a palavra para prestar solidariedade e mandar um abraço para o Dr. Dimas e sua esposa, de Teófilo Otoni, que encontram-se internados por conta do coronavírus.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 15:00, lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores conselheiros. Belo Horizonte, 19 de junho de 2020.-----

Gério Patrocínio Soares
Defensor Público-Geral

Marina Lage Pessoa da Costa
Subdefensora Pública-Geral

Galeno Gomes Siqueira
Corregedor-Geral

Andréa Abritta Garzon
Conselheira Eleita

Guilherme Rocha de Freitas
Conselheiro Eleito (Secretário)

Gustavo Francisco Dayrell de Magalhães Santos
Conselheiro Eleito

Luiz Roberto Costa Russo
Conselheiro Eleito

Heitor Teixeira Lanzillotta Baldez
Conselheiro Eleito

Liliana Soares Martins Fonseca
Conselheira Eleita

Fernando Campelo Martelleto
Presidente da Associação dos Defensores e Defensoras Públicas



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME ROCHA DE FREITAS, Defensor Público**, em 18/11/2022, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GERIO PATROCINIO SOARES, Defensor Público**, em 21/11/2022, às 10:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO COSTA RUSSO, Defensor Público**, em 21/11/2022, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO CAMPELO MARTELLETO, Defensor Público**, em 23/11/2022, às 14:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GALENO GOMES SIQUEIRA, Corregedor-Geral da Defensoria Pública**, em 24/11/2022, às 10:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO FRANCISCO DAYRELL DE MAGALHAES SANTOS, Defensor Público**, em 29/11/2022, às 10:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARINA LAGE PESSOA DA COSTA, Defensora Pública**, em 29/11/2022, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREA ABRITTA GARZON TONET, Defensora Pública**, em 05/12/2022, às 12:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HEITOR TEIXEIRA LANZILLOTTA BALDEZ, Defensor Público**, em 06/12/2022, às 11:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Liliana Soares Martins Fonseca, Defensor Público**, em 26/01/2023, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0049491** e o código CRC **8AE4BA13**.